

BRVias Holding VRD S.A.

Informações contábeis intermediárias acompanhadas do relatório de revisão do auditor independente

Em 31 de março de 2020



Índice

	Página
Relatório de revisão do auditor independente sobre as informações contábeis intermediárias	3
Informações contábeis	5
Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias para o período de três meses findo em 31 de março de 2020	11

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

**Grant Thornton Auditores
Independentes**

Av. Luiz Eduardo Toledo Prado, 870 -
13º andar, Cj. 1308 - Vila do Golf,
Ribeirão Preto (SP) Brasil

T +55 16 3103-8940

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
ViaRondon Concessionária de Rodovia S/A
Lins – São Paulo

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da BRVias Holding VRD S.A. (“Companhia”), individual e consolidada, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2020 e as respectivas informações intermediárias do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e apresentação adequada dessas informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e a IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

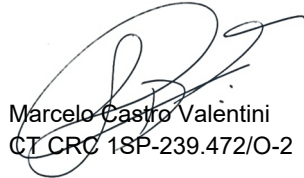
Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão.

O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias acima referidas não foram elaboradas de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34 – *Interim Financial Reporting* (IASB), aplicáveis à elaboração de demonstrações intermediárias e apresentadas de forma condizente com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ribeirão Preto, 10 de julho de 2020



Marcelo Castro Valentini
CT CRC 18P-239.472/O-2

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC:2SP-025.583/O-1

BRVias Holding VRD S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de março de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

ATIVO					
		Controladora		Consolidado	
	Notas	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	3	13	18	1,469	1,425
Aplicações financeiras	4	-	-	73,527	61,864
Contas a receber	5	-	-	12,001	11,624
Despesas pagas antecipadamente	-	-	-	257	397
Adiantamento a fornecedores	-	-	-	3,194	420
Partes relacionadas	6	6,290	6,290	7,408	7,309
Outros créditos	-	32	32	2,847	2,844
Total do ativo circulante		6,335	6,340	100,703	85,883
Ativo não circulante					
Realizável a longo prazo	-				
Depósitos judiciais	-	-	-	2,254	2,140
Imposto de renda e contribuição social diferido	14	-	-	37,102	37,429
Investimentos	7	301,050	313,953	-	-
Imobilizado	8	-	-	6,757	7,030
Intangível	9	-	-	982,488	981,573
Total do ativo não circulante		301,050	313,953	1,028,601	1,028,172
Total do ativo		307,385	320,293	1,129,304	1,114,055

As notas explicativas são parte integrante das informações intermediárias.

BRVias Holding VRD S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de março de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

		Controladora		Consolidado	
	Notas	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Passivo circulante					
Empréstimos e financiamentos	10	-	-	157	72,161
Debêntures	11	20,868	19,081	56,281	51,320
Fornecedores	12	-	1	51,496	52,476
Arrendamento por direito de uso	-	-	-	1,084	1,081
Obrigações tributárias	-	-	1	2,976	2,963
Obrigações sociais	-	-	-	3,712	3,476
Partes relacionadas	6	1,258	1,213	2,146	3,337
Outras contas a pagar	-	-	-	-	1,143
Dividendos a pagar	6	66	66	66	66
Provisão para manutenção	13	-	-	21,174	22,443
Total do passivo circulante		22,192	20,362	139,092	210,466
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos	10	-	-	-	101,547
Debêntures	11	100,218	100,218	733,280	529,409
Arrendamento por direito de uso	-	-	-	373	673
Provisão para manutenção	13	-	-	70,622	71,317
Provisão para contingências	15	-	-	962	930
Total do passivo não circulante		100,218	100,218	805,237	703,876
Patrimônio líquido					
Capital social	-	376,870	376,870	376,870	376,870
Reserva de capital	-	25,461	25,461	25,461	25,461
Prejuízos acumulados	-	(217,356)	(202,618)	(217,356)	(202,618)
Total do patrimônio líquido		184,975	199,713	184,975	199,713
Total do passivo		122,410	120,580	944,329	914,342
Total do passivo e patrimônio líquido		307,385	320,293	1,129,304	1,114,055

As notas explicativas são parte integrante das informações intermediárias.

BRVias Holding VRD S.A.

Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de março de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/03/2020	31/03/2019	31/03/2020	31/03/2019
Receita operacional líquida	17	-	-	54,787	57,235
Custo dos serviços prestados	18	-	-	(28,152)	(23,958)
Custo de construção	18	-	-	(7,307)	(7,410)
Lucro bruto		-	-	19,328	25,867
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas gerais e administrativas	18	(43)	(70)	(2,204)	(1,823)
Outros resultados operacionais				-	-
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		(43)	(70)	17,124	24,044
Receita financeira	19	-	-	439	646
Despesa financeira	19	(1,792)	(1,830)	(31,974)	(21,513)
Receitas (despesas) financeiras líquidas		(1,792)	(1,830)	(31,535)	(20,867)
Participação nos lucros das empresas investidas por equivalência patrimonial	7	(12,903)	725		
Resultado antes dos impostos		(14,738)	(1,175)	(14,411)	3,177
Imposto de renda e contribuição social correntes		-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	-	-	(327)	(4,352)
(Prejuízo) do período		(14,738)	(1,175)	(14,738)	(1,175)
(Prejuízo) básico e diluído por ação em Reais - R\$		(0.03294)	(0.00263)	(0.03294)	(0.00263)

As notas explicativas são parte integrante das informações intermediárias.

BRVias Holding VRD S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes exercícios findos em 31 de março de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/03/2019	31/03/2020	31/03/2019
(Prejuízo) do período	(14,738)	(1,175)	(14,738)	(1,175)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total de resultado abrangente do período	<u>(14,738)</u>	<u>(1,175)</u>	<u>(14,738)</u>	<u>(1,175)</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações intermediárias.

BRVias Holding VRD S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de março de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	<u>Capital social</u>	<u>Capital integralizar</u>	<u>Capital integralizado</u>	<u>Reserva de capital</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2019	447,470	(104,600)	342,870	25,461	(144,285)	224,046
Prejuízo do trimestre	-	-	-	-	(1,175)	(1,175)
Saldos em 31 de março de 2019	447,470	(104,600)	342,870	25,461	(145,460)	222,871
Saldos em 1º de janeiro de 2020	447,470	(70,600)	376,870	25,461	(202,618)	199,713
Resultado do período	-	-	-	-	(14,738)	(14,738)
Saldos em 31 de março de 2020	<u>447,470</u>	<u>(70,600)</u>	<u>376,870</u>	<u>25,461</u>	<u>(217,356)</u>	<u>184,975</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações intermediárias.

BRVias Holding VRD S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto - para os exercícios findos em 31 de março de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/03/2019	31/03/2020	31/03/2019
Fluxo de caixa decorrente das atividades operacionais				
Prejuízo do trimestre	(14,738)	(1,175)	(14,738)	(1,175)
Ajustes para:				
Depreciação	-	-	529	417
Amortização	-	-	6,392	5,981
Baixa do intangível	-	-	630	361
Baixa do ativo imobilizado líquida	-	-	140	-
Provisão para manutenção	-	-	10,484	3,954
Constituição (reversão) de provisão para demandas judiciais	-	-	32	(168)
Resultado de equivalência patrimonial	12,903	(725)	-	-
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos e debêntures	1,787	1,826	18,487	20,431
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	327	4,352
	(48)	(74)	22,283	34,153
(Aumento) redução no ativo:				
Contas a receber	-	-	(377)	(3,038)
Despesas pagas antecipadamente	-	-	140	335
Outros créditos	-	62	(2,891)	(29)
Aumento (redução) no passivo:				
Fornecedores	(1)	-	(1,277)	9,208
Passivo fiscal corrente	(1)	(2)	13	(12)
Obrigações sociais	-	-	236	19
Contas a pagar	-	9	(1,143)	(1,893)
Realização de provisão para manutenção	-	-	(12,448)	(18,016)
Juros de empréstimos e financiamentos e debêntures pagos	-	-	(68,055)	(5,723)
Fluxo de caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	(50)	(5)	(63,519)	15,004
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aplicações financeiras	-	-	(164,289)	(16,460)
Resgate das aplicações	-	-	152,626	18,039
Aquisição de imobilizado	-	-	(396)	(74)
Adição do intangível	-	-	(7,937)	(11,398)
Fluxo de caixa decorrente das (usado nas) atividades de investimentos	-	-	(19,996)	(9,893)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Partes relacionadas	45	-	(1,290)	7,907
Captações de empréstimos e financiamentos e debêntures	-	-	700,007	-
Amortização de empréstimos e financiamentos e debêntures	-	-	(615,158)	(15,117)
Caixa líquido decorrente das (usado nas) atividades de financiamentos	45	-	83,559	(7,210)
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(5)	(5)	44	(2,099)
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	18	22	1,425	4,919
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	13	17	1,469	2,820

As notas explicativas são parte integrante das informações intermediárias.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias para o período de três meses findo em 31 de março de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando
mencionado de outra forma)

1. Contexto operacional

A BRVias Holding VRD S.A. (“Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 18 de dezembro de 2007, com sede localizada na Rua João Moreira da Silva, 509, sala A, Jardim Americano – cidade de Lins – SP. Seu objeto social é exclusivamente a participação na ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A. (“Controlada” ou “ViaRondon”).

A Companhia iniciou suas atividades em 10 de dezembro de 2010, onde todas as ações da ViaRondon que eram detidas pelas empresas Comporte Participações S.A. e Splice do Brasil Telecomunicações e Eletrônica S.A. foram aportadas na BRVias Holding VRD S.A., passando esta a ser a única acionista da ViaRondon, sendo contabilizado o montante de R\$ 111.899 de investimento em contrapartida do aumento de capital social na data da operação.

Conforme demonstrado na demonstração de resultado e no balanço patrimonial do período findo em 31 de março de 2020, a Companhia apresentou um prejuízo de R\$ 14.738 (R\$ 1.175 em 2019 de prejuízo) e capital circulante líquido negativo de R\$ 15.857 (R\$ 14.022 em 2019) na controladora e R\$ 38.389 (R\$ 124.583 em 2019) no consolidado.

Os planos da Administração visam a recuperação dos resultados operacionais positivos ao longo dos próximos exercícios. Para isso, a Administração busca a contínua eficiência operacional e consequentemente a redução dos custos de operação e manutenção da rodovia. Adicionalmente, as projeções futuras de mercado indicam a melhoria do cenário econômico, que conjuntamente com a correção anual das tarifas, conforme previsto no contrato de concessão, e a retomada do crescimento econômico com impacto positivo no tráfego da rodovia, permitirão à Companhia aumentar suas receitas.

1.1. Relação de entidade controlada

Segue a controlada da Companhia:

	País	Participação acionária %	
		2019	2018
ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.	Brasil	100%	100%

A sua controlada é uma sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rua João Moreira da Silva, 509, Jardim Americano, Lins – São Paulo, que iniciou suas atividades em 06 de maio de 2009.

O objeto social da sua controlada é a exploração do sistema rodoviário do Corredor Marechal Rondon Oeste (SP-300), de acordo com os termos de concessão outorgados pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (ARTESP), trecho este concedido por meio da concorrência pública internacional (Edital nº 006/08), que se inicia entre o km 336,500, entroncamento com a SP-225, na Cidade de Bauru e finaliza-se nos km 667,630, na Cidade de Castilho, Estado de São Paulo.

A concessão possui um prazo de 30 anos e tem como objetivo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, apoio na execução dos serviços não delegados e gestão de serviços complementares. É explorada em regime de cobrança de pedágio e de outros serviços prestados aos usuários. A prorrogação do prazo da concessão somente será admitida para recompor o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Decorrente desta concessão, a sua controlada assumiu os seguintes compromissos:

- Pagamento de direito de outorga no valor total de R\$ 411.000, dos quais R\$ 82.200 foram pagos à vista e o saldo devedor em 18 parcelas mensais e sucessivas de R\$ 18.300, reajustados de acordo com o reajuste nas cobranças da tarifa do pedágio, já tendo sido integralmente liquidado;
- Pagamento de valor correspondente a 3% da receita bruta de pedágio e das receitas acessórias efetivamente obtidas pela concessionária em 27 de junho de 2013 foi publicada no Diário Oficial a redução do percentual para 1,5%, passando a vigorar a partir de julho de 2013; e
- Realização de investimentos na Rodovia.

Plano estratégico da Controlada

Efeitos da Covid-19

Conforme divulgado pela Companhia em comunicado ao mercado no dia 19 de março de 2020, em linha com os direcionadores estabelecidos pelas autoridades diante do atual cenário e dos desdobramentos da pandemia, a ViaRondon destaca as seguintes principais medidas adotadas para apoiar na prevenção do Covid-19: criação de um comitê de crise; afastamento domiciliar para colaboradores que vierem a apresentar os sintomas do Covid-19, com monitoramento pelo departamento de recursos humanos; adoção de home office para todos os colaboradores que possam desenvolver suas atividades fora do espaço físico da empresa; divulgação expressiva das formas de prevenção, através de diversos canais, aos colaboradores e seus parceiros; e acompanhamento constante de potenciais impactos decorrentes da pandemia em seus negócios.

No primeiro trimestre a Companhia não identificou impactos significativos em suas operações. Sobre a expectativa de queda expressiva no tráfego para os próximos meses, a Companhia possui uma forte posição de caixa e segue adotando medidas de austeridade em sua gestão de caixa, considerando a seu favor o perfil de dívida alongado e estritamente controlado.

A Companhia cumpre rigorosamente o seu papel social de atender a população usuária da rodovia, sempre mantendo os padrões mais rígidos de segurança viária e sanitária, e está consciente de que esse é um evento de força maior, e portanto demandará um aditamento de reequilíbrio contratual assim que a extensão do efeitos dessa pandemia puderem ser mensurados.

2. Base de preparação

2.1. Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As informações contábeis intermediárias foram preparadas de acordo com a NBC TG 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

2.2. Base de elaboração e preparação

Estas informações contábeis intermediárias foram elaboradas seguindo a base de preparação e políticas contábeis consistentes com aquelas adotadas na elaboração das demonstrações contábeis anuais referentes ao exercício findo de 31 de dezembro de 2019 e devem ser lidas em conjunto com tais demonstrações. Portanto, as informações de notas explicativas, que não tiveram alterações significativas ou aquelas que apresentavam divulgações irrelevantes em comparação àquelas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, não foram repetidas integralmente nestas informações contábeis intermediárias. Entretanto, informações foram incluídas para explicar os principais eventos e transações ocorridos, possibilitando o entendimento das mudanças na posição financeira e desempenho das operações da Companhia e sua controlada desde a publicação das demonstrações contábeis anuais até 31 de março de 2020.

As informações contábeis intermediárias foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, alguns passivos e ativos ao valor justo por meio do resultado e alguns instrumentos financeiros a valor realizável.

As informações contábeis intermediárias são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e sua controlada. Todas as informações contábeis intermediárias apresentadas em reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Na preparação destas informações contábeis intermediárias, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e sua controlada e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e não tiveram alterações relevantes na preparação destas informações contábeis intermediárias em relação as demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

As informações contábeis intermediárias foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração em 10 de julho de 2020.

2.3. Pronunciamentos contábeis e interpretações emitidos recentemente

2.3.1. Pronunciamentos contábeis e interpretações emitidos recentemente e adotados pela Companhia

IFRS 16 – Arrendamento mercantil

Com essa nova norma, os arrendatários passaram a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais. Podem ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes.

Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações contábeis dos arrendadores não sofreram alterações relevantes. Em 21 de dezembro de 2017, a CVM, através da deliberação nº 787/17, aprovou o CPC 06 (R2) que equivale a IFRS em questão. A Companhia e sua controlada adotaram a nova norma em 1º de janeiro de 2019, data efetiva da adoção inicial.

A Companhia e sua controlada optaram por utilizar as isenções propostas pela norma para os contratos de arrendamento de curto prazo e cujo ativo objeto do arrendamento seja de baixo valor, esses contratos são de determinados equipamentos de escritório (como notebooks, impressoras e copiadoras) que são considerados de baixo valor.

A Companhia e sua controlada aplicaram a IFRS 16 utilizando abordagem retrospectiva e o expediente prático com relação à definição de contratos de arrendamento na data de transição. Portanto, o passivo de arrendamento foi mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, descontado pela taxa incremental sobre empréstimos do arrendatário, na data de aplicação inicial. O ativo de direito de uso na data da adoção inicial, para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamento operacional foi, por sua vez, reconhecido com valor equivalente ao passivo de arrendamento, ajustado pelo valor de quaisquer pagamentos de arrendamento antecipados ou acumulados referentes a esse arrendamento que tiver sido reconhecido no balanço patrimonial imediatamente antes da data da adoção inicial.

A Companhia e sua controlada realizaram uma análise e adotou o IFRS 16, entretanto os impactos não foram materiais.

Interpretação IFRIC 23 – Incerteza sobre o tratamento do imposto de renda

Em dezembro de 2018, a CVM, através da Deliberação nº 804/18, aprovou a ICPC 22 – Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro, que equivale à IFRIC em questão. A Interpretação entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019 e esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração no CPC 32 – Tributos sobre o lucro quando há incerteza sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro. A ICPC 22 não se aplica a tributos fora do âmbito da IAS 12 nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos tributários incertos. São abordados especificamente:

- Se a Companhia e sua controlada considerarem tratamentos tributários incertos separadamente;
- As suposições que a Companhia e sua controlada fazem em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais;
- Como a Companhia e sua controlada determinam o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto;
- Como a Companhia e sua controlada consideram as mudanças de fatos e circunstâncias.

A Companhia e sua controlada realizaram uma análise do IFRIC 23 e não identificaram impactos materiais com relação às práticas contábeis adotadas atualmente.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Bancos conta movimento	13	18	1.385	1.341
Fundo de troco/numerários em trânsito	-	-	84	84
	13	18	1.469	1.425

A exposição da Companhia e sua controlada a riscos de crédito e de taxa de juros e a uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na Nota Explicativa nº 20.

4. Aplicações financeiras – Consolidado

	31/03/2020	31/12/2019
Aplicação financeira	53.595	-
Aplicação financeira – garantia	19.932	61.864
	73.527	61.864

Aplicação financeira mantida junto ao Banco Santander, com liquidez diária, sendo remunerada à variação dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), mantida a título de garantia da operação junto a Debêntures, veja maiores detalhes nas Notas Explicativas nºs 10 e 11.

A exposição da Companhia aos riscos de crédito e de taxa de juros e a uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na Nota Explicativa nº 20.

5. Contas a receber – Consolidado

	31/03/2020	31/12/2019
Pedágio eletrônico	10.564	9.547
Visa - vale-pedágio	238	162
Brink's Segurança e Transporte de Valores Ltda.	797	1.565
DBTrans S/A	264	215
Outros	138	135
	12.001	11.624

Idade de vencimento dos títulos	31/03/2020	31/12/2019
Créditos a vencer até 30 dias	11.667	11.366
Créditos a vencer até 60 dias	126	123
Créditos vencidos até 60 dias	34	-
Créditos vencidos até 90 dias	36	-
	11.863	11.489

O contas a receber da Companhia e sua controlada não apresenta montantes significativos vencidos e a Companhia e sua controlada também não possui histórico de inadimplência. Dessa forma, não foi apurada perda de créditos esperada para redução do valor recuperável sobre o contas a receber.

6. Transações com partes relacionadas

A seguir, o valor total de remuneração atribuído aos diretores nos trimestre findos em 31 de março de 2020 e 2019:

Descrição	31/03/2020	31/03/2019
Diretores estatutários	10	12

Os membros do Conselho de Administração não recebem qualquer remuneração da Companhia e sua controlada.

A Companhia e sua controlada submetem todas as aquisições de materiais e serviços a processos de cotação de preços, inclusive aquelas com partes relacionadas, praticando preços e prazos de acordo com as práticas de mercado em condições semelhantes às que seriam aplicadas entre partes não relacionadas.

Os saldos de ativos e passivos assim como as transações que influenciaram o resultado do período, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia e sua controlada e seus acionistas, conforme demonstrado a seguir:

a) Contas patrimoniais

Notas	Controladora		Consolidado		
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019	
Ativo					
BRVias S.A.	(i)	-	-	1.118	1.019
Splice do Brasil Telecomunicações e Eletrônicas S.A.					
-	6.290 (*)	6.290 (*)	6.290	6.290	
	6.290	6.290	7.408	7.309	
Passivo					
Empresa Princesa do Norte S.A.					
(ii)	-	-	(394)	(377)	
Splice Ind. e Com. de Serviços					
(iii)	-	-	(1.752)	(2.951)	
Outros					
(iv)	-	-	-	(9)	
Total fornecedores					
(Nota Explicativa nº 12)	-	-	(2.146)	(3.337)	
Dividendos a pagar					
Fundo de Investimento em Participações Volutto					
(vi)	33	33	33	33	
Splice do Brasil Telecomunicações e Eletrônica S.A.					
(vi)	33	33	33	33	
	66	66	66	66	
Outros créditos					
ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A. (i)					
	1.258	1.213	-	-	
	1.258	1.213	-	-	

(*) Em dezembro de 2018, a Companhia fez uma cessão de crédito, transferindo todos os direitos de crédito advindos de prejuízo fiscal de IRPJ e base de cálculo negativa de CSLL, referente as empresas acima citadas para utilizar na compensação do saldo do débito do Programa Especial de Regularização Tributária (PERT).

Transações que afetaram o resultado:

Notas	Valor da transação no resultado do exercício			
	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/03/2019	31/03/2020	31/03/2019
Serviços prestados				
Empresa Princesa do Norte S.A. (ii)	-	-	(414)	(413)
Splice Ind. e Com. de Serviços (iii)	-	-	(1.785)	(731)
BRVias S.A. (v)	-	-	(355)	(869)
Outros (iv)	-	-	(34)	(49)
Total	-	-	(2.588)	(2.062)

- (i) Serviços administrativos de publicações de balanço, atas e outros;
- (ii) Serviços de transportes de pessoal;
- (iii) Execução de conserva verde e serviços de operação de equipamentos eletrônico de fiscalização e registro das infrações de excesso de velocidade na Rodovia;
- (iv) Serviços de consultoria administrativa;
- (v) Serviços administrativos realizados pelo Centro de Serviços Compartilhados;

7. Investimentos – Controladora

A sua controladora registrou um prejuízo de R\$ 12.903 no período de três meses findo em 31 de março de 2020 (lucro de R\$ 725 em 2019). A controlada está registrada na CVM, mas não tem suas ações negociadas em bolsa de valores.

A tabela a seguir apresenta um sumário das informações financeiras em empresa controlada.

ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.

	Participação	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Total de ativos	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Total de passivos	Patrimônio líquido	Receita	Custos e despesas	Lucro líquido/prejuízo
31 de março de 2020	100%	95.625	1.028.601	1.124.226	118.158	705.019	823.177	301.050	55.226	(68.129)	(12.903)
31 de dezembro de 2019	100%	80.755	1.028.172	1.108.927	191.317	603.658	794.975	313.952	270.056	(318.321)	(48.265)
31 de março de 2019	100%	81.841	970.180	1.052.021	191.962	531.117	723.079	328.942	57.881	(57.156)	725

8. Imobilizado – Consolidado

Em milhares de reais	Computadores e periféricos	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Total
Custo					
Saldo em 1º de janeiro de 2019	4.543	5.958	2.007	2.020	14.528
Adições	349	809	386	2.329	3.873
Baixas	(49)	-	(11)	(18)	(78)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	4.843	6.767	2.382	4.331	18.323
Adições	80	85	138	93	396
Baixas	(4)	(43)	-	(93)	(140)
Saldo em 31 de março de 2020	4.919	6.809	2.520	4.331	18.579
Depreciação acumulada					
Saldo em 1º de janeiro de 2019	(3.463)	(3.342)	(1.227)	(1.594)	(9.626)
Depreciação no exercício	(493)	(540)	(199)	(435)	(1.667)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(3.956)	(3.882)	(1.426)	(2.029)	(11.293)
Depreciação no período	(128)	(158)	(48)	(195)	(529)
Saldo em 31 de março de 2020	(4.084)	(4.040)	(1.474)	(2.224)	(11.822)
Valor líquido contábil					
Em 31 de dezembro de 2019	887	2.885	956	2.302	7.030
Em 31 de março de 2020	835	2.769	1.046	2.107	6.757

9. Intangível – Consolidado

	Praças de pedágio	Recuperação da rodovia	Sistema de arrecadação	Direito de outorga (i)	Outros-concessão (ii)	Software	Direito de uso	Total
Custo								
Saldo em 1º de janeiro de 2019	35.120	469.757	8.106	413.597	176.704	3.301	-	1.106.585
Aquisições e construções	51	20.667	49	-	42.952	186	2.902	66.807
Saldo em 31 de dezembro de 2019	35.171	490.424	8.155	413.597	219.656	3.487	2.902	1.173.392
Aquisições e construções	-	3.421	12	-	4.504	-	-	7.937
Baixas	-	-	-	-	(630)	-	-	(630)
Saldo em 31 de março de 2020	35.171	493.845	8.167	413.597	223.530	3.487	2.902	1.180.699
Amortização acumulada								
Saldo em 1º de janeiro de 2019	(10.768)	(56.202)	(2.201)	(77.063)	(18.999)	(1.189)	-	(166.422)
Amortização do exercício	(768)	(10.274)	(177)	(9.045)	(3.865)	(72)	(1.196)	(25.397)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(11.536)	(66.476)	(2.378)	(86.108)	(22.864)	(1.261)	(1.196)	(191.819)
Amortização do período	(183)	(2.552)	(42)	(2.153)	(1.143)	(19)	(300)	(6.392)
Saldo em 31 de março de 2020	(11.719)	(69.028)	(2.420)	(88.261)	(24.007)	(1.280)	(1.496)	(198.211)
Valor líquido contábil								
Em 31 de dezembro de 2019	23.635	423.948	5.777	327.489	196.792	2.226	1.706	981.573
Em 31 de março de 2020	23.452	424.817	5.747	325.336	199.523	2.207	1.406	982.488

Os direitos de uso são depreciados durante o prazo de vigência do contrato de locação e consideram a expectativa de renovação, quando a Administração pretende exercer esse direito, e de acordo com os termos dos contratos.

- (i) Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1, a sua controlada registrou o direito de outorga decorrente das obrigações a pagar do ônus da concessão, conforme demonstramos a seguir:

2009

Valor da outorga	411.000
Ajuste a valor presente	(11.202)
Atualização monetária anterior ao início das atividades	13.799
	413.597

- (ii) Representado por outros investimentos relacionados ao contrato de concessão conforme previsto no Programa de Investimentos.

Os ativos intangíveis da sua controlada são compostos pelo custo de aquisição e/ou construção e possuem vida útil definida. O critério para amortização do ativo intangível, exceto veículos da operação, é com base na curva de tráfego projetada até o final do prazo de concessão, desta forma, a receita e a amortização do intangível estão alinhadas pelo prazo da concessão.

As amortizações dos ativos intangíveis são incluídas na rubrica denominada “Custos dos serviços prestados”, nas demonstrações de resultado.

Não existem ativos intangíveis individualmente relevantes inseridos nos grupos apresentados, exceto o Direito de outorga que é composto por um único item devidamente detalhado na tabela acima.

10. Empréstimos e financiamentos - Consolidado

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais do financiamento com juros, mensurado pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição da Companhia e sua controlada a riscos de taxas de juros e liquidez, veja Nota Explicativa nº 20.

	Taxa de juros a.a.	Indexador	Vencimento	Consolidado	
				31/03/2020	31/12/2019
Finame-BNDES (i)	5,50%	-	2021	157	200
Finem-BNDES (ii)	5,95%	TJLP	2025	-	80.399
Finem-BNDES (ii)	2,0518%	UMIPCA-M.	2025	-	40.268
CCB	5,40%	CDI	2020	-	27.376
CCB	1,35%	CDI	2020	-	22.507
Leasing	11,62% a 15,50%	-	2017 – 2022	-	2.958
Total				157	173.708
Parcela circulante				157	72.161
Parcela não circulante				-	101.547

- (i) Empréstimo obtido junto ao BNDES, por intermédio de instituição financeira, na modalidade Finame para aquisição de equipamentos e veículos para operação da Rodovia, tendo como garantia os próprios bens.

Composição por vencimento:

	31/03/2020	31/12/2019
Vencimento em:		
2021	-	36.395
2022	-	26.801
Acima 2023	-	38.351
	-	101.547

Movimentação dos empréstimos e financiamentos:

	31/03/2020	31/12/2019
Saldos iniciais	173.708	167.799
Variação do fluxo de caixa de financiamento		
Pagamentos de financiamentos (principal e juros capitalizados)	(170.847)	(36.610)
Pagamentos de juros	(5.480)	(13.708)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	(176.327)	(50.318)
Outras variações		
Novas captações	-	24.438
Despesas de juros	2.776	31.789
Total de outras variações	2.776	56.227
Saldos finais	157	173.708

11. Debêntures

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais das debêntures com juros, mensurado pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição da Companhia e sua controlada a riscos de taxas de juros e liquidez, veja Nota Explicativa nº 20.

Data da liberação	Série	Valor da emissão	Vencimento	Encargos (% ao ano)	Controladora		Consolidado	
					31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
15/07/2011	Única	60.000	15/07/2020	IGP-M + 12%	12.336	11.671	12.336	11.671
31/08/2018	Única	110.000	31/08/2021	103% CDI	91.541	90.597	91.541	90.597
15/07/2019	Única	16.600	31/08/2021	103% CDI	17.209	17.031	17.209	17.031
04/06/2012	Única	300.000	04/06/2027	IPCA + 8,15%	-	-	-	461.430
				5,55% a.a. +				
28/02/2020	Única	700.000	28/02/2020	IPCA	-	-	668.475	-
Total					121.086	119.299	789.561	580.729
Circulante					20.868	19.081	56.281	51.320
Não circulante					100.218	100.218	733.280	529.409

Movimentação dos empréstimos e financiamentos:

Controladora	31/03/2020	31/12/2019
Saldos iniciais	119.299	107.756
Variação do fluxo de caixa de financiamento		
Pagamentos de financiamentos	-	(22.094)
Pagamentos de juros	-	(3.989)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	-	(26.083)
Outras variações		
Subscrição debêntures	-	27.698
Despesas de juros	1.787	9.928
Total de outras variações	1.787	37.626
Saldos finais	121.086	119.299

Consolidado	31/03/2020	31/12/2019
Saldos iniciais	580.729	550.272
Varição do fluxo de caixa de financiamento		
Pagamentos de financiamentos	(444.311)	(24.351)
Pagamentos de juros	(62.575)	(38.022)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	(506.886)	(62.373)
Outras variações		
Novas Captações	700.007	-
Subscrição debêntures	-	27.698
Despesas de juros	15.711	65.132
Total de outras variações	715.718	92.830
Saldos finais	789.561	580.729

i) Controladora

A Companhia realizou em 15 de junho de 2011, a primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações em uma única série, no valor total de R\$ 60.000, cuja integralização ocorreu em 15 de julho de 2011.

Foram emitidas 60.000 debêntures que serão atualizadas a partir da data de emissão, com base na variação do Índice Geral de Preços de Mercado ("IGP-M") acrescido da taxa percentual de juros remuneratórios equivalentes a 12% ao ano, incidentes sobre o saldo não amortizado do valor nominal unitário atualizado.

Em 31 de agosto de 2018, a Companhia realizou a segunda emissão privada de debêntures simples, não conversíveis em ações, no valor total de R\$ 110.000.000,00 (cento e dez milhões de reais). Foram emitidas 72.424 debêntures com o valor nominal unitário de R\$1.000 (mil reais), com vencimento em 31 de agosto de 2021. As debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes a 103% da variação acumulada das taxas médias diárias do Depósito Interfinanceiro (DI) de um dia.

Garantias (1ª emissão de debêntures)

- 100% das ações preferenciais integrantes do capital social da controlada;
- Cessão fiduciária dos dividendos devidos pela sua controlada;
- Fiança oferecida pela Comporte Participações S.A. e Splice do Brasil Telecomunicações e Eletrônica S.A.;
- Contrato de suporte financeiro pela Splice do Brasil Telecomunicações e Eletrônica S.A. e Comporte Participações S.A.

Cláusulas restritivas (1ª emissão de debêntures)

- Assunção de quaisquer dívidas sem a anuência dos titulares das debêntures;
- Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio somente caso não haja nenhum inadimplemento financeiro ou obrigacional da Companhia após verificação do debenturista;
- Descumprimento pela Companhia ou por sua controlada, de quaisquer obrigações e condições previstas em quaisquer outros contratos dos quais seja parte, em valor individual ou agregado igual ou superior a R\$ 10.000, não sanado no prazo de 30 dias corridos ou que não estejam sendo contestadas de boa-fé.

ii) Controlada

Em 28 de fevereiro de 2020, a Controlada Viarondon realizou a segunda emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, com esforços restritos de colocação, no valor total de R\$ 700.000. Foram emitidas 700.000 (setecentas mil) debêntures com o valor nominal unitário de R\$ 1.000 (hum mil reais), com vencimentos semestrais, primeiro vencimento em 15 de junho de 2020 e último vencimento em 15 de dezembro de 2034.

As debêntures serão atualizadas com base na variação do IPCA acrescido da taxa percentual equivalente a 5,55% a.a.

Cada uma das debêntures fará jus ao pagamento de seu valor nominal unitário atualizado e juros semestralmente, iniciando em 15 de junho de 2020 até 15 de dezembro de 2034.

As principais cláusulas restritivas dos contratos descritos acima são as seguintes:

- Manter os seguintes índice de cobertura da dívida ICSD Histórico, relativo aos últimos 12 (doze) meses antecedentes à data do cálculo, superior ou igual a 1,3x.

Esses *covenants* financeiros são medidos junto aos credores de acordo com as demonstrações contábeis para o período e exercício findo dezembro de cada ano.

Os custos incorridos na captação são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera o valor total da comissão de R\$ 37.255 para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. O montante reconhecido no resultado do trimestre findo em 31 de março de 2020 foi de R\$ 169. O montante a apropriar no resultado futuro em 31 de março de 2020 é de R\$ 37.086.

12. Fornecedores – Consolidado

	31/03/2020	31/12/2019
Fornecedores diversos	34.540	31.583
Medições a pagar	4.924	9.310
Retenções (i)	12.032	11.583
Total	51.496	52.476

- (i) A sua controlada adota como procedimento, realizar retenções parciais do valor do serviço contratado, para honrar com possíveis riscos de contingências dos terceiros, uma vez que a sua controlada é acionada judicialmente por ser responsável solidária. Estes percentuais de retenção estão determinados por meio de contratos de prestação de serviço assinado entre as partes.

	31/03/2020	31/12/2019
A vencer		
De 1 a 30 dias	17.033	15.345
De 31 a 60 dias	3.011	5.109
De 61 a 90 dias	1.636	3.463
De 91 a 180 dias	1.634	2.769
De 181 a 360 dias	6.480	293
	29.794	26.979
Vencidas		
Até 30 dias	1.734	2.313
De 31 a 60 dias	978	568
De 61 a 90 dias	23	2
De 91 a 180 dias	542	18
De 181 a 360 dias	17	483
A mais de 360 dias	1.452	1.219
	4.746	4.603
	34.540	31.582

13. Provisão para manutenção – Contrato de concessão (Consolidado)

A sua controlada constitui provisão para manutenção tendo como objetivo mensurar adequadamente o passivo com a melhor estimativa do gasto necessário para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

Essa provisão é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão, trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

A sua controlada definiu que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificadas e destinadas a recompor a infraestrutura concedida as condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão. Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente em uso para utilização pelos usuários.

O saldo da provisão está demonstrado abaixo:

	31/03/2020	31/12/2019
Passivo circulante	21.174	22.443
Passivo não circulante	70.622	71.317
Total	91.796	93.760

Movimentação da provisão para manutenção:

Em 1º de janeiro de 2019	41.317
Realização por consumo	(55.795)
Adições	108.238
Em 31 de dezembro de /2019	93.760
Realização por consumo	(12.448)
Adições	10.484
Em 31 de março de 2020	91.796

14. Ativos e passivos fiscais diferidos

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A sua controlada em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019, reconheceu o imposto de renda e contribuição social diferidos passivos, referente à diferença temporária da amortização do intangível e despesas com encargos financeiros, que para fins fiscais são amortizadas linearmente e para fins contábeis de acordo com a curva do tráfego, conforme demonstrado:

	31/03/2020	31/12/2019
Ativo		
Prejuízo fiscal e base negativa	38.138	38.138
Provisão para manutenção	31.211	31.878
Outras provisões temporárias	483	473
	69.832	70.489
Passivo		
Custos dos empréstimos	(1.979)	(1.939)
Intangíveis - Efeito temporário ICPC 1 (R1)/IFRIC 12	(30.751)	(31.121)
	(32.730)	(33.060)
	37.102	37.429

Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos

	Saldo em 31 de março de 2020	Saldo em 31 de dezembro de 2019	31/03/2020	31/03/2019
Ativo				
Prejuízo fiscal e base negativa	38.138	38.138	-	-
Provisão para manutenção	31.211	31.878	(667)	(4.782)
Outras provisões temporárias	483	473	10	100
	69.832	70.489	(657)	(4.682)
Passivo				
Custos dos empréstimos	(1.979)	(1.939)	(40)	(40)
Intangíveis - efeito temporário	(30.751)	(31.121)	370	370
	(32.730)	(33.060)	330	330
	37.102	37.429	(327)	(4.352)

b) Créditos tributários

Companhia

Em 31 de março de 2020, a Companhia possuía créditos tributários a compensar sobre os seguintes valores base:

	31/03/2020	31/12/2019
Prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social	114.661	105.417

Ativos fiscais diferidos sobre prejuízos fiscais não foram contabilizados devido à falta de premissas convincentes para cálculo da expectativa de geração de lucros tributáveis futuros. A Companhia considera evidência convincente o primeiro exercício social que apresentar lucro tributável, aliado ao histórico de confiabilidade das projeções de recuperação do ativo fiscal diferido.

A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social está limitada à base de 30% dos lucros tributáveis anuais, sem prazo de prescrição.

Controlada

Em 31 de março de 2020, a sua controlada possuía créditos tributários a compensar sobre os seguintes valores base:

	31/03/2020	31/12/2019
Prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social	119.653	112.231

A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social está limitada à base de 30% dos lucros tributáveis anuais, sem prazo de prescrição.

A Companhia, baseada em projeções de lucros tributários futuros, prevê que a utilização desses se dará até o exercício de 2025, como demonstrado abaixo:

	Saldo em 31/03/2020	Saldo em 31/12/2019
2021	7.376	7.376
2022	26.118	26.118
2023	31.371	31.371
2024	37.371	37.371
2025	17.417	9.995
	119.653	112.231

c) Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

Controladora – Descrição	31/03/2020	31/03/2019
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	(14.738)	(1.175)
Alíquota nominal	34%	34%
(=) Crédito de impostos a alíquota nominal	5.011	400
Equivalência patrimonial	(4.387)	247
(+) Créditos de prejuízos fiscais não reconhecidos	(624)	(646)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	-	-
	0%	0%

Consolidado – Descrição	31/03/2020	31/03/2019
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	(14.411)	3.177
Alíquota nominal	34%	34%
(=) Despesas com imposto a alíquota nominal	4.900	1.080
(-) Adições permanentes	(425)	(330)
(+) Exclusão permanente	325	5.957
(+) Créditos de prejuízos fiscais não reconhecidos	(5.127)	(7.607)
(+/-) Outros créditos não reconhecidos	(8.594)	(1.292)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(327)	(4.352)
	-7%	-25%

A alíquota nominal dos impostos é de 34% sobre o lucro ajustado conforme a legislação vigente do Brasil para o lucro real. A alíquota efetiva demonstrada acima apresenta a melhor estimativa da administração da alíquota anual esperada.

15. Provisão para contingências – Consolidado

A Companhia e sua controlada, no curso normal de suas atividades, está sujeita aos processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

Em 31 de março de 2020, está provisionado o montante de R\$ 962 (R\$ 930 em 31 de dezembro de 2019), o qual na opinião da Administração, com base na opinião de assessores legais, é suficiente para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos em andamento.

Resumo da movimentação

Descrição	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldo inicial 31 de dezembro de 2019	681	249	930
Provisão	214	54	268
Reversão de Provisão	(236)	-	(236)
Saldo final	659	303	962

Adicionalmente, a Companhia é parte de outras ações cujo risco de perda, de acordo com os advogados externos responsáveis e a Administração da Companhia, é possível, para os quais nenhuma provisão foi reconhecida, no montante de R\$ 11.037 em 31 de março de 2020 (R\$ 12.115 em 31 de dezembro de 2019).

A Companhia também possui seguro contratado de responsabilidade cível no valor de R\$ 35.900 (Nota Explicativa nº 21) e retenções contratuais de fornecedores para possíveis contingências trabalhistas, na qual a Companhia é responsável solidária.

Descrição	31/03/2020		31/12/2019	
	Quantidade	R\$	Quantidade	R\$
Cíveis	64	8.602	54	9.312
Trabalhistas	84	2.435	79	2.803
Total	148	11.037	133	12.115

16. Patrimônio Líquido – Controladora

Em 19 de dezembro de 2018, a Companhia na Assembleia Geral Extraordinária aprovou o valor do aumento de capital social no montante de R\$ 100.000, com isso o capital social da Companhia passou de R\$ 347.470 para R\$ 447.470, e está representado por 447.469.536 de ações, sendo 223.734.768 de ações ordinárias e 223.734.768 de ações preferenciais.

No 2º trimestre de 2019, foi integralizado o valor de R\$ 34.000, conforme previsto na ata de 19 de dezembro de 2018. O saldo do capital a integralizar em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 70.600.

A composição acionária em 31 de março de 2020, é apresentada a seguir:

Descrição			%
Fundo de Investimento em Participações Voluta	223.846.668		50,03
Splice do Brasil Telecomunicações e Eletrônica S.A.	223.622.868		49,97
	447.469.536		100,0

Reserva de capital

Constituída no ganho de capital na controlada, decorrente da aplicação dos novos Pronunciamentos Contábeis (CPCs) em 2010.

Dividendos

A distribuição de dividendos, observadas as disposições do Contrato de Concessão, ficará condicionada aos limites fixados pela Lei das S.A., quer quantitativamente, quer quanto a periodicidade de sua distribuição sendo que o dividendo obrigatório será de no mínimo 25% do lucro líquido ajustado, nos termos do artigo no 202 da Lei das S.A.

17. Receita operacional líquida – Consolidado

A seguir a composição da receita operacional líquida:

	31/03/2020	31/03/2019
Receita de pedágios	49.879	47.919
Receitas acessórias	1.623	6.396
Receita de construção	7.307	7.410
Outras receitas	172	40
Tributos incidentes	(4.194)	(4.530)
	54.787	57.235

18. Gastos por natureza

A seguir, a composição das despesas por natureza:

Controladora	31/03/2020	31/03/2019
Serviços de terceiros	(40)	(70)
Outros	(3)	-
	(43)	(70)
Custo dos serviços prestados	-	-
Despesas administrativas e gerais (i)	(43)	(70)
Custo de construção	-	-

Consolidado	31/03/2020	31/03/2019
Serviços de terceiros	(5.416)	(7.415)
Com pessoal	(4.564)	(5.369)
Amortização e depreciação	(6.919)	(6.395)
Constituição de provisão para manutenção	(10.484)	(3.954)
Custo de contrato concessão	(2.130)	(2.143)
Outros	(843)	(505)
Total	(30.356)	(25.781)
Custo dos serviços prestados	(28.152)	(23.958)
Despesas administrativas e gerais (i)	(2.204)	(1.823)
Custo de construção	(7.307)	(7.410)

(i) As despesas administrativas são compostas somente com despesas com pessoal.

19. Resultado financeiro, líquido

As receitas e despesas financeiras incorridas nos exercícios findos em 31 de março de 2020 e 2019 foram:

Controladora	31/03/2020	31/03/2019
Despesas financeiras		
Juros sobre financiamentos	(1.792)	(1.830)
Total das despesas financeiras	(1.792)	(1.830)
Resultado financeiro líquido	(1.792)	(1.830)

Consolidado	31/03/2020	31/03/2019
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	439	646
Total das receitas financeiras	439	646
Despesas financeiras		
Juros sobre financiamentos	(17.738)	(20.391)
Outras despesas financeiras	(14.236)	(1.122)
Total das despesas financeiras	(31.974)	(21.513)
Resultado financeiro líquido	(31.535)	(20.867)

20. Instrumentos financeiros

a) Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

Controladora

31 de março de 2020	Notas	Custo amortizado	
		31/03/2020	31/03/2019
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	3	13	18
Outros créditos	-	32	32
Passivos			
Debêntures	11	121.086	119.299
Dividendos e contas a pagar	6	66	66

Consolidado

31 de março de 2020	Notas	Custo amortizado	
		31/03/2020	31/03/2019
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	3	1.469	1.425
Aplicação financeira	4	73.527	61.864
Contas a receber de clientes	5	12.001	11.624
Outros créditos	-	2.847	2.844
Passivos			
Empréstimos e financiamentos	10	157	173.708
Debêntures	11	789.561	580.729
Fornecedores	12	51.496	52.476

b) Mensuração do valor justo

O valor justo para o financiamento do BNDES é o registrado contabilmente uma vez que não existem instrumentos similares com vencimentos e taxas de juros comparáveis.

Os demais valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

Não ocorreram transferências entre níveis a serem consideradas em 31 de março de 2020.

Gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia e sua controlada apresentam exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de liquidez;
- Risco de mercado; e
- Risco de crédito.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia e sua controlada para cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia e sua controlada, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia e sua controlada.

(i) Estrutura do gerenciamento de risco

O Conselho de Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia e sua controlada.

(ii) Risco de liquidez

A Companhia e sua controlada estão expostas a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais, a riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros e ao risco de crédito, decorrente da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber.

A Companhia e sua controlada adotam procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

A previsão do fluxo de caixa é realizada pela Companhia e sua controlada, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimos e caixa suficiente para atendimento as necessidades operacionais do negócio.

O excesso de caixa gerado pela Companhia e sua controlada é investido em contas correntes com incidência de juros/remuneração, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Cronograma de amortização da dívida – Consolidado

A seguir estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros incluindo pagamento de juros estimados:

Consolidado

Em 31/03/2020	Fluxo				
	Contábil	contratual	12 meses	12 - 24 meses	24 - 39 meses
Empréstimos e financiamentos (*)	157	203	175	28	-
Debêntures (*)	789.561	1.381.494	48.146	159.245	1.174.103
Fornecedores e contas a pagar	51.496	51.496	51.496	-	-
Dividendos e contas a pagar	66	66	66	-	-
	841.280	1.433.259	99.883	159.273	1.174.103

Em 31/12/2019	Fluxo				
	Contábil	contratual	12 meses	12 - 24 meses	24 - 39 meses
Empréstimos e financiamentos (*)	173.708	178.550	77.305	36.395	64.850
Debêntures (*)	580.730	823.167	62.220	171.216	589.731
Fornecedores e contas a pagar	56.956	56.956	56.956	-	-
Dividendos e contas a pagar	66	66	66	-	-
	811.460	1.058.740	196.548	207.611	654.580

(*) O cronograma da dívida foi divulgado levando em consideração a não quebra de *covenants* conforme Notas Explicativas nºs 10 e 11.

(iii) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido às variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros e risco de preço que pode ser relativo às tarifas entre outros. A Companhia e sua controlada não tem importações ou exportações de insumos ou serviços e não apresenta em 31 de março de 2020 ativos ou passivos em moeda estrangeira, consequentemente não apresentando exposição a riscos cambiais. A Companhia e sua controlada não tem ações negociadas em mercado.

Exposição a riscos de taxas de juros

Risco de taxa de juros é o risco de a Companhia e sua controlada virem a sofrer perdas econômicas devido às alterações adversas nas taxas de juros, que podem ser ocasionadas por fatores relacionados a crises econômicas e/ou alterações na política monetária no mercado interno. Essa exposição refere-se, principalmente, às mudanças nas taxas de juros de mercado que afetem os passivos da Companhia indexados pelo Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA), Certificados de Depósitos Interbancários (CDIs), Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M).

Perfil

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros variáveis da Companhia e sua controlada eram:

		Valor contábil	
		31/03/2020	31/12/2019
Instrumentos de taxa pré-fixada			
Empréstimos e financiamentos		157	3.158
		Valor contábil	
Risco		31/03/2020	31/12/2019
Instrumentos de taxa variável			
Empréstimos e financiamentos	CDI	-	49.883
Empréstimos e financiamentos	TJLP	-	80.399
Empréstimos e financiamentos	UM-IPCA	-	40.268
Debêntures controlada	IPCA	668.475	461.430
Debêntures controladora	IGP-M	121.086	119.300

O objetivo da Companhia e sua controlada é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e sua controlada e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

Análise de sensibilidade

Os instrumentos financeiros podem sofrer variações de valor justo em decorrência da flutuação da taxa do CDI, IPCA, TJLP e IGP-M, principal exposição de risco de mercado da Companhia e sua controlada.

As avaliações de sensibilidade dos instrumentos financeiros a estas variáveis são apresentadas a seguir:

(iv) Seleção dos riscos

A Companhia e sua controlada selecionaram os riscos de mercado que mais podem afetar os valores dos instrumentos financeiros por ela detidos como sendo a taxa do CDI, IPCA, TJLP e IGP-M.

(v) Seleção dos cenários

Em atendimento a Instrução CVM nº 475/08, a Companhia e sua controlada apresentam na análise de sensibilidade três cenários, sendo um provável e dois que possam representar efeitos adversos para a Companhia e sua controlada.

Como cenário provável (Cenário I) adotamos a taxa de juros IPCA, CDI, TJLP e o IGP-M de acordo com as projeções obtidas no Banco Central (BACEN) – Relatório Focus, Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos (CETIP), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e Fundação Getúlio Vargas (FGV) em 31 de dezembro de 2016.

Para os dois cenários adversos na taxa do IPCA, CDI, TJLP e IGP-M foram consideradas uma alta de 25% sobre o cenário provável (Cenário I) como cenário adverso possível (Cenário II) e de 50% como cenário adverso extremo (Cenário III).

(vi) **Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros**

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação do IPCA, CDI, TJLP e IGP-M é apresentada na tabela abaixo:

Risco de taxa de juros sobre passivos financeiros – Apreciação das taxas

				Cenários			
				Provável	Aumento do índice em 25%	Aumento do índice em 50%	
Instrumentos	Exposição 2020	Risco	Valor		Valor	Valor	
Debêntures controlada	668.475	Aumento IPCA 4,01%	(26.806)	5,01%	(33.507)	6,02%	(40.209)
Debêntures controladora	121.086	Aumento IPCA 4,01%	(4.856)	5,01%	(6.069)	6,02%	(7.283)
Total dos passivos financeiros	789.561		(31.661)		(414.832)		(47.492)
Impacto no resultado do período apresentado					(7.915)		(15.831)

				Cenários			
				Provável	Redução do índice em 25%	Redução do índice em 50%	
Instrumentos	Exposição 2020	Risco	Valor		Valor	Valor	
Debêntures controlada	668.475	Aumento IPCA 4,01%	26.806	3,01%	20.104	2,01%	13.403
Debêntures controladora	121.086	Aumento IPCA 4,01%	4.856	3,01%	3.642	2,01%	2.428
Total dos passivos financeiros	789.561		31.661		23.746		15.831
Impacto no resultado do período apresentado					7.915		15.831

A Companhia e sua controlada não apresentam quadro de sensibilidade de suas aplicações financeiras, o risco atrelado a estas aplicações não são materiais nas demonstrações financeiras em 31 de março de 2020.

(vii) Risco de preço e valor de mercado

A presente estrutura tarifária cobrada nas praças de pedágio é regulada pelo poder concedente (ARTESP - Agência de Transportes do Estado de São Paulo). O contrato de concessão prevê a manutenção do seu equilíbrio econômico – financeiro.

(viii) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia e sua controlada estão expostas ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação às contas a receber), de financiamento e depósitos em bancos e aplicações financeiras em instituições financeiras.

Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras e equivalentes de caixa, a Companhia e sua controlada somente realizam operações em instituições com baixo risco avaliadas por agências independentes de *rating*. Os saldos contábeis representam a exposição máxima ao risco de crédito.

Gestão do capital social

O objetivo principal da administração de capital é assegurar que esta mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor ao acionista.

A Companhia e sua controlada administram a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia e sua controlada podem ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas ou emitir novas ações.

21. Cobertura de seguros – Consolidado

A sua controlada adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

As coberturas de seguros, conforme apólices de seguros da sua controlada, são compostas por:

Modalidade	Vigência	Cobertura
Garantia operação	Mai/2019 a Maio/2020	78.846
Garantia ampliação	Mai/2019 a Maio/2020	130.585
Operacionais	Mai/2019 a Mai/2020	267.000
Responsabilidade civil	Mai/2019 a Mai/2020	35.900
Engenharia	Mai/2019 a Mai/2020	12.320

Em virtude da aquisição de dos veículos pesados para a operação da Rodovia, foram contratadas coberturas de Responsabilidade Civil contra terceiros (danos materiais, corporais e morais).

22. Benefícios aos empregados – Consolidado

A Companhia e sua controlada mantém os seguintes benefícios de curto prazo aos empregados e administradores: auxílio creche, assistência médica, seguro de vida, vale-refeição, transporte e vale-alimentação.

Não é política da sua controlada conceder benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo, bem como remuneração baseada em ações. Nas rescisões de contrato de trabalho considera-se a legislação trabalhista em vigor.

23. Aspectos ambientais – Consolidado

A sua controlada considera que suas instalações e atividades estão sujeitas às regulamentações ambientais. A sua controlada diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e controles com investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas. A sua controlada acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas aos assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

24. Risco regulatório – Consolidado

A Companhia desconhece quaisquer eventos de iniciativa do governo estadual que possam afetar a continuidade da exploração da rodovia. Em relação a um possível ato político que implique no rompimento da relação contratual, consideramos de probabilidade remota.

A Companhia, segundo pesquisas de opinião, goza de aceitação e satisfação perante o público em geral e não se encontra em processo de medida judicial que possa vir a prejudicar suas atividades.

Quanto a eventos provocados pela natureza, entende-se que o trajeto da rodovia, em sua maioria plano e distantes de acidentes geográficos potencialmente prejudiciais, não apresenta grandes riscos ao andamento dos trabalhos de reforma e ampliação. Importa ressaltar, por outro lado, que a Companhia se encontra coberta com a apólice de seguros das operações, riscos de engenharia, conforme apresentado na Nota Explicativa nº 21.

A Companhia, durante o curso normal das suas atividades está sujeita às fiscalizações do órgão regulador, estando suscetível a questionamentos e às penalidades cabíveis, caso não esteja atendendo às obrigações licitatórias. Para os questionamentos realizados pelo órgão regulador a Companhia realizou os devidos esclarecimentos e com base neste fato, e na avaliação dos seus assessores jurídicos, não constatou qualquer evento relevante que possa afetar suas informações financeiras.

25. Compromissos vinculados a contrato de concessão – Consolidado

Decorrente da verba de fiscalização

A sua controlada assumiu o compromisso ao longo de todo o prazo de concessão de efetuar um pagamento no valor correspondente a 3% da receita bruta de pedágio e das receitas acessórias efetivamente obtidas pela Concessionária, portanto em 27 de julho de 2013 foi publicado no Diário Oficial a redução do percentual para 1,5%, passando a vigorar a partir de julho de 2013 conforme descrito na Nota Explicativa nº 1.

Investimentos

De acordo com o programa estadual de concessão de rodovias, a Controlada assumiu a rodovia com a previsão de realizar investimentos durante o prazo da concessão. A Controlada tem previsão orçamentária para realizar investimentos e consequentemente cumprir as metas contratuais. Em decorrência principalmente da desaceleração do crescimento da economia brasileira, houve uma postergação no plano de investimentos inicialmente acordados junto ao poder concedente, de qualquer forma a Administração da Controlada acredita que os prazos finais dos investimentos acordados junto ao poder concedente, serão atendidos.

26. Demonstrações dos fluxos de caixa – Consolidado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram elaboradas de acordo com o CPC 03 R2/IAS 7.

Durante o período findo em 31 de março de 2020, a Controlada adquiriu ativo intangível no montante de R\$ 7.937, dos quais R\$ 479 são itens não caixa referente às retenções parciais do valor de serviço contratado (fornecedores) para honrar com possíveis riscos de contingências dos terceiros.

* * *

Diretoria

Maria Zélia Rodrigues de Souza França – Diretora
Ricardo de Souza Adenes – Diretor

Conselheiros

Antônio Roberto Beldi
Paulo Sergio Coelho
João Paulo Barros Beldi
Ricardo Constantino

Contador

Durval Maia
CT – CRC/SP nº 1SP-292.261/O-8